



**Ministério da
Fazenda**



Nota Cosit/Sutri/RFB nº 18, de 4 de fevereiro de 2025.

Interessado: Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos – Audit.

Assunto: Tribunal de Contas da União. Secretaria de Prêmios e Apostas. Instrução do Tribunal de Contas da União – TCU, de 9 de dezembro de 2024, no âmbito do TC 026.536/2024-2. Informações detalhadas sobre o fluxo das apostas (bets).

Processo digital nº 10265.053656/2025-34

RELATÓRIO

1. Trata-se do Ofício nº 30/2025/AUDIT/RFB, encaminhado à Subsecretaria de Fiscalização, à Subsecretaria de Tributação e Contencioso e ao Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, em que a Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos informa acerca do “Despacho SPA 47207210, de 20 de dezembro de 2024 – SEI 19995.009683/2024-19 - TC 026.536/2024-2 – Fluxo de Apostas (Bets)”, por meio do qual a Secretaria de Prêmios e Apostas – SPA envia à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) Instrução do Tribunal de Contas da União – TCU, de 9 de dezembro de 2024, no âmbito do TC 026.536/2024-2, e trata de solicitação de apoio da Receita Federal para a elaboração das respostas relativas ao item III do Exame Técnico, que solicita informações detalhadas sobre o fluxo das apostas (bets).

2. Tendo em vista a distribuição sugerida pela Audit, compete a esta Coordenação-Geral de Tributação o exame do item “6) se as normas vigentes que definem a tributação do segmento de apostas online no Brasil estão alinhadas ao modelo de tributação dessa atividade em outros países, justificando a resposta.”

ANÁLISE

3. Inicialmente, informa-se que não há estudo comparado sobre o tema no âmbito desta Coordenação-Geral de Tributação. Eventual análise nesse sentido precisaria considerar a complexidade

do atual sistema tributário nacional e ser realizada nos seguintes níveis: (i) renda da pessoa jurídica; (ii) folha de pagamentos da empresa; (iii) renda da pessoa física; e (iv) consumo.

4. Seria necessário observar, também, que os países adotam diferentes formas de tributação das “bets”, o que dificultaria apontar um alinhamento a eventual modelo ou padrão internacional.

TRIBUTAÇÃO DA RENDA CORPORATIVA E DA FOLHA DE PAGAMENTOS

5. No Brasil, a tributação sobre a renda da pessoa jurídica e a tributação sobre a folha de pagamentos das empresas que atuam no setor de apostas de quota fixa não são diferentes daquelas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

TRIBUTAÇÃO DA RENDA DA PESSOA FÍSICA

6. No que se refere à tributação da renda da pessoa física, os modelos internacionais geralmente variam entre aqueles que adotam: (i) a retenção da fonte; (ii) a tributação no ajuste anual; ou (iii) a não tributação¹.

7. Inicialmente, o Brasil havia adotado um modelo de tributação na fonte, tendo em vista a redação original do art. 31 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023. A matéria chegou a ser regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2.191, de 6 de maio de 2024, que modificou a Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014.

8. Nesse modelo: (i) considera-se prêmio líquido a diferença entre o valor do prêmio e o valor apostado, apurado para cada aposta, após o encerramento de evento real de temática esportiva, ou para cada sessão de evento virtual de jogo on-line; (ii) são indedutíveis as perdas incorridas em outras apostas ou sessões; (iii) o imposto incide sobre o valor do prêmio que exceder o valor da 1ª (primeira) faixa da tabela de incidência mensal do IRPF; (iv) o fato gerador ocorre no momento do pagamento ou crédito do prêmio; e (v) a alíquota de 15% (quinze por cento) incide exclusivamente na fonte.

9. Do ponto de vista da administração tributária, o modelo de retenção na fonte seria o mais adequado porque: (i) os prêmios obtidos em jogos ou apostas nos quais não prevalece o desempenho do apostador (experiência, habilidades etc.) não são considerados rendimentos do trabalho e devem ser tributados de forma separada dos demais; (ii) a tributação na fonte facilita a arrecadação, tendo em vista que a responsabilidade tributária recai sobre a fonte pagadora (poucas empresas) e não sobre os diversos apostadores; e (iii) a retenção exclusiva na fonte permite o imediato recolhimento, quando da distribuição do prêmio, de forma que não há recolhimento a ser realizado ou ajustado em momento posterior – o que atrai o risco de inadimplência.

10. Entretanto, o Congresso Nacional rejeitou o veto presidencial aos § 1º a § 3º do art. 31 da Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, que passou a vigor com a seguinte redação:

Art. 31. Os prêmios líquidos obtidos em apostas na loteria de apostas de quota fixa serão tributados pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à alíquota de 15% (quinze por cento).

§ 1º Para os efeitos do disposto neste artigo, considera-se prêmio líquido o resultado positivo auferido nas apostas de quota fixa realizadas a cada ano, após a dedução das perdas incorridas com apostas da mesma natureza. (Promulgação partes vetadas)

§ 2º O imposto de que trata o caput deste artigo incidirá sobre os prêmios líquidos que excederem o valor da primeira faixa da tabela progressiva anual do IRPF. (Promulgação partes vetadas)

§ 3º O imposto de que trata o caput deste artigo será apurado anualmente e pago até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração. (Promulgação partes vetadas)

§ 4º O disposto neste artigo aplicar-se-á ao *fantasy sport*.

11. De acordo com a lei vigente, a tributação dos prêmios não está sujeita à antecipação (carnê-leão ou retenção na fonte) e o prêmio líquido (resultado positivo anual após a compensação das

¹ Disponível em <https://ibia.bet/wp-content/uploads/2024/11/IBIA-An-Optimum-Betting-Market-FINAL-June-2021-Updated-August-2021-1.pdf>. Acesso em 4 fev. 2024.

perdas), se for superior à primeira faixa da tabela progressiva anual, sofrerá incidência de imposto de renda, que deverá ser apurado pelo próprio contribuinte e pago no exercício seguinte.

12. Portanto, o imposto de renda sobre o prêmio líquido do ano de 2025, por exemplo, será apurado e pago em 2026, conforme regulamentação a ser editada pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO – MODELO VIGENTE

13. Em relação à tributação sobre o consumo, os países geralmente seguem três modelos de incidência²: (i) sobre o *Gross Gaming Revenue* ou *Gross Gambling Revenue* – GGR; (ii) sobre o *turnover*; ou (iii) incidência híbrida.

14. No Brasil, especialmente no que se refere à incidência de contribuição para a seguridade social e outras destinações vinculadas, adotou-se o GGR como base de cálculo (descontam-se os valores pagos em prêmios) e uma alíquota de 12% (doze por cento), conforme disposto no art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com a redação dada pela Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023:

Art. 30. O produto da arrecadação da loteria de apostas de quota fixa em meio físico ou virtual, salvo disposição em lei específica, será destinado:

(...)

III - ao pagamento de prêmios;

(...)

§ 1º-A Do produto da arrecadação após a dedução das importâncias de que tratam os incisos III e V do caput deste artigo, 88% (oitenta e oito por cento) serão destinados à cobertura de despesas de custeio e manutenção do agente operador da loteria de apostas de quota fixa e demais jogos de apostas, excetuadas as modalidades lotéricas previstas nesta Lei, e 12% (doze por cento) terão as seguintes destinações:

(...)

15. Além disso, as empresas estão sujeitas também à incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins até 31 de dezembro de 2026.

16. No regime não cumulativo (empresas que tributam a renda no lucro real), essas contribuições incidem sobre a receita bruta à alíquota de 9,25% (nove inteiros e vinte e cinco centésimos por cento). Não há um regime específico para as empresas do setor de apostas de quota fixa.

TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO – MODELO VIGENTE A PARTIR DE 2027

17. Cabe ressaltar que, recentemente, foi aprovada a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui, no âmbito federal, a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS e o Imposto Seletivo – IS, com fundamento na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

18. Em razão do disposto na referida lei complementar, a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins serão extintas a partir de 1º de janeiro de 2027, quando incidirá integralmente a Contribuição sobre Bens e Serviços – CBS, cuja alíquota será uniforme para todas as operações.

19. No caso de concurso de prognóstico (como as apostas de quota fixa), a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, estabelece regime específico de incidência:

Art. 244. Os concursos de prognósticos, em meio físico ou virtual, compreendidas todas as modalidades lotéricas, incluídos as apostas de quota fixa e os sweepstakes, as apostas de turfe e as demais apostas, ficam sujeitos a regime específico de incidência do IBS e da CBS, de acordo com o disposto neste Capítulo.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste Capítulo ao fantasy sport.

² Disponível em <https://ibia.bet/wp-content/uploads/2024/11/IBIA-An-Optimum-Betting-Market-FINAL-June-2021-Updated-August-2021-1.pdf>. Acesso em 4 fev. 2024.

Art. 245. A base de cálculo do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos é a receita própria da entidade decorrente dessa atividade, correspondente ao produto da arrecadação, com a dedução de:

I - premiações pagas; e

II - destinações obrigatórias por lei a órgão ou fundo público e aos demais beneficiários.

Parágrafo único. As premiações pagas não ficam sujeitas à incidência do IBS e da CBS.

Art. 246. As alíquotas do IBS e da CBS sobre concursos de prognósticos são nacionalmente uniformes e correspondem à soma das alíquotas de referência das esferas federativas.

Art. 247. Fica vedado o crédito de IBS e de CBS aos apostadores dos concursos de prognósticos.

20. Observa-se que a base de cálculo da CBS levará em consideração o GGR, já que poderão ser abatidos, da receita própria decorrente da atividade (correspondente ao produto da arrecadação), os valores relativos às premiações pagas.

21. A legislação permitiu também a exclusão das destinações obrigatórias por lei a órgão ou fundo público e aos demais beneficiários – que, no caso das apostas de quota fixa, são aquelas prevista no art. 30 da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, com a redação dada pela Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023.

22. A alíquota incidente sobre o GGR será o resultado da soma das alíquotas de referência dos entes federativos, que serão determinadas por resolução do Senado Federal.

23. As empresas poderão abater créditos de CBS na aquisição de produtos ou serviços, desde que tenha havido a extinção da contribuição na etapa anterior.

24. Adicionalmente, a Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, institui o Imposto Seletivo, que incide sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, inclusive sobre concursos de prognósticos e *fantasy sport*:

Art. 409. Fica instituído o Imposto Seletivo, de que trata o inciso VIII do art. 153 da Constituição Federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

§ 1º Para fins de incidência do Imposto Seletivo, consideram-se prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente os bens classificados nos códigos da NCM/SH e o carvão mineral, e os serviços listados no Anexo XVII, referentes a:

(...)

VII - concursos de prognósticos e *fantasy sport*.

25. O Imposto Seletivo, cuja alíquota será fixada em lei ordinária, incidirá uma única vez sobre a receita própria da entidade e não poderá ser abatido com crédito de etapa anterior tampouco poderá gerar crédito para etapa seguinte.

CONCLUSÃO

26. Ante o exposto, em atendimento ao Despacho SPA 47207210, de 20 de dezembro de 2024, especificamente em relação ao item “6) se as normas vigentes que definem a tributação do segmento de apostas online no Brasil estão alinhadas ao modelo de tributação dessa atividade em outros países, justificando a resposta”, informa-se que as principais características da tributação das “bets” no país estão descritas na presente manifestação.

Assinatura digital

RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Coordenador-Geral de Tributação

De acordo. Encaminhe-se à Coordenação-Geral de Auditoria Interna e Gestão de Riscos – Audit, com sugestão de envio à Secretaria de Prêmios e Apostas.

Assinatura digital

CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA
Auditora-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Subsecretária de Tributação e Contencioso



Ministério da Fazenda

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.

A página de autenticação não faz parte dos documentos do processo, possuindo assim uma numeração independente.

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado ao processo em 04/02/2025 15:28:36 por Claudia Lucia Pimentel Martins da Silva.

Documento assinado digitalmente em 04/02/2025 15:28:36 por CLAUDIA LUCIA PIMENTEL MARTINS DA SILVA e Documento assinado digitalmente em 04/02/2025 14:58:46 por RODRIGO AUGUSTO VERLY DE OLIVEIRA.

Esta cópia / impressão foi realizada por ISABELA BRAGA DE LIMA em 12/02/2025.

Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

EP12.0225.15449.00D7

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:
BADC600ED6595CD264E81127B86066D68BB5B8D8966CB7F4B0EDC1846A8E5E44